

Abrasca defende ministro

CRISTINA BORGES

A Associação Brasileira das Companhias de Capital Aberto (Abrasca) não crê que o afastamento do ministro Pedro Malan possa resolver o problema das altas taxas de juros. "A crítica a Malan é injusta. O Banco Central e o Ministério da Fazenda não têm outras armas", disse o presidente da Abrasca, Alfried Plöger. Ele receia que uma eventual troca do ministro coloque a estabilidade em risco e traga de volta a inflação.

Para o presidente da Abrasca, a única saída é a aprovação das reformas da previdência e tributária. "Neste momento não tem como baixar os juros, que variam de 30% a 40% para as empresas de primeira linha", reconheceu Plöger.

Movimento - Na reunião mensal da entidade, ontem, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, a Abrasca lançou movimento com as confederações nacionais da indústria e do comércio e com

a Associação Brasileira dos Bancos de Investimento (Anbid) para pressionar o Congresso Nacional e o presidente da República a fim de que a reforma da previdência seja aprovada.

Questionado sobre a causa do déficit da previdência social ter forte participação das empresas - depositárias infiéis em mais de R\$ 50 bilhões -, Plöger admitiu que as companhias não têm condições de pagar a sua parte e de repassar a contribuição feita pelos empregados. "Nosso maior problema hoje são os juros escorchantes", insistiu.

Concorrência - Ele acrescentou que a principal fonte de recursos das empresas abertas - o mercado de capitais - não consegue enfrentar a concorrência dos juros. "A situação se agrava com a queda dos negócios nas bolsas de valores depois da volta da CPMF, responsável pela transferência de negociações para o exterior". Plöger afirma que a CPMF é igual a oito vezes o custo de transação

da Bolsa de Nova Iorque.

Segundo a Abrasca, o volume médio diário das bolsas brasileiras, antes da CPMF, era de R\$ 678,3 milhões e caiu para R\$ 530,2 milhões, com redução de 21,8%. A participação dos investidores estrangeiros no mercado local saiu de 29,3%, em janeiro para 18,5%, no mês passado. A entidade propõe que a cobrança da CPMF seja feita apenas em dois momentos: na entrada e na saída do investimento, como o governo concordou na época do IPMF.

■ Nos oito primeiros meses deste ano, a CVM concedeu 29 registros para companhias abertas, elevando para 893 o número de empresas com ações negociadas nas bolsas de valores. O total de registros cancelados, no entanto, foi de 36. Entre as emissões de papéis em agosto, destacaram-se notas promissórias comerciais (R\$ 4,1 bilhões), seguindo-se debêntures simples (R\$ 3,8 bilhões) e ações (R\$ 659,1 milhões).